

MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	200109-MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL /DF	GIOVANI AUGUSTO TAGLIAPIETRA	27/03/2026 15:44 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	116/2026	08650.032146/2025-38

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de solução avançada de segurança, contemplando o licenciamento, suporte técnico, garantia e atualização por 12 (doze) meses, no âmbito da Sede nacional, nas Unidades Regionais e na Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. A solução deve ser composta pelos seguintes módulos:

- Módulo de proteção de endpoint com detecção e respostas a ameaças;
- Módulo contra APT - proteção contra ameaças persistentes avançadas;
- Módulo para proteção de aplicações, servidores físicos, virtuais, container;
- Módulo de gerenciamento de riscos de superfície de ataque para a nuvem.

Grupo	Item	Descrição	CATSER	Natureza de Despesa	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	1	TrendMicro Vision one Essential (XDR nativo) - SKU VONA0040 (licenciamento por 12 meses)			Unidade (Host)	24.682	R\$ 190,53	R\$ 4.702.661,46
	2	Créditos Vision One (Sandbox) (licenciamento por 12 meses)			Unidade (Créditos)	450.000	R\$ 6,87	R\$ 3.091.500,00

1	3	TrendMicro DDI COM XDR - SKU DDRA0025 (licenciamento por 12 meses)	27502	33904006	Unidade (Volume de dados – Gbps)	12	R\$ 297.002,96	R\$ 3.564.035,52
	4	TrendMicro Vision One Pro (XDR nativo) - SKU VONA0044 (licenciamento por 12 meses)			Unidade (Servers)	750	R\$ 2.145,83	R\$ 1.609.372,50
	5	Trend Vision One - Attack Surface Risk Management for Cloud - SKU VONN0170 (licenciamento por 12 meses)			Unidade (Ativos)	6	R\$ 94.933,33	R\$ 569.599,98
	6	Serviço de Suporte	26980	33904010	Unidade (Ano)	1	R\$ 114.000,00	R\$ 114.000,00
	7	Serviço de Instalação do DDI	27260	33904021	Unidade (Instalação)	4	R\$ 24.155,45	R\$ 96.621,80
TOTAL								R\$ 13.747.791,26

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de serviços de segurança da informação, essenciais para a continuidade das atividades de segurança pública prestados pela PRF, necessários de forma rotineira e diária, com vigência anual, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Havendo divergência entre as disposições do ETP e do Termo de Referência, prevalecerá o descrito neste termo.

1.7.1. A elaboração do presente Termo de Referência, bem como os demais artefatos relacionados, observou os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

Quantitativos Mínimos e Demanda Conforme Adequação Orçamentária

1.8. Conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, a natureza da solução de antivírus a ser contratada demanda ativações frequentes e contínuas, especialmente em razão da aquisição futura de novos equipamentos pela Polícia Rodoviária Federal. Caso se optasse pela celebração de contratos distintos para cada nova ativação, haveria a multiplicação de instrumentos contratuais com o mesmo fornecedor, o que acarretaria prejuízos administrativos relevantes, tais como aumento do custo de gestão contratual, maior complexidade no acompanhamento da execução, elevação do risco de inconsistências e retrabalho, além de comprometimento da eficiência administrativa.

1.8.1. Diante desse cenário, adota-se como modelo mais adequado a contratação do quantitativo integral dos itens licitados, **com execução condicionada à emissão de Ordens de Serviço, por meio das quais serão formalizadas as ativações efetivamente demandadas.**

1.8.2. **Ressalta-se que NÃO haverá qualquer obrigação de pagamento por itens que não forem objeto de Ordem de Serviço regularmente emitida, restringindo-se a despesa exclusivamente às ativações efetivamente solicitadas pela Administração.**

1.8.3. Para conferir maior plausibilidade e segurança à formulação das propostas, a CONTRATANTE informa que, **de imediato**, serão ativados os seguintes quantitativos iniciais:

1.8.3.1. Item 1 – Quantidade: 11.182 unidades (Host);

1.8.3.2. Item 2 – Quantidade: 225.000 unidades (Créditos);

1.8.3.3. Item 3 – Quantidade: 8 unidades (Volume de Dados - Gbps);

1.8.3.4. Item 4 – Quantidade: 300 unidades (Servers);

1.8.3.5. Item 5 – Quantidade: 3 unidades (Ativos);

1.8.3.6. Item 6 – Quantidade: 12 meses;

1.8.3.7. Item 7 – Quantidade: não há previsão para ativação imediata do serviço.

1.8.4. **As ativações subsequentes serão condicionadas à necessidade administrativa e à disponibilidade orçamentária, não havendo compromisso da Administração com a ativação da totalidade dos quantitativos contratados.**

1.8.5. Por fim, esclarece-se que os requisitos de habilitação e as exigências de garantia contratual serão proporcionais aos quantitativos inicialmente ativados pela PRF, de modo a preservar a razoabilidade das exigências, evitar ônus excessivo aos licitantes e assegurar a adequada execução contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se, conforme motivações abordadas no Estudo Técnico Preliminar nº 70/2025.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 00394494010441-0-000025/2025.

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 07/06/2024.

2.2.3. Id do item no PCA: 29.

2.2.4. Classe/Grupo: 182.

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 200109-78/2025.

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2026 da *Polícia Rodoviária Federal*, conforme demonstrado abaixo:

ESTRATÉGIA NACIONAL DE GOVERNO DIGITAL 2024-2027	
Disponível em: < https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/estrategianacional >.	
ID	Objetivos Estratégicos
OE-04 PRIVACIDADE E SEGURANÇA	Ampliar a resiliência e a maturidade das estruturas tecnológicas governamentais com atenção à privacidade, proteção de dados pessoais, segurança da informação e segurança cibernética.
OE-06 INFRAESTRUTURA DIGITAL	Disponer de infraestrutura moderna, segura, escalável e robusta, considerando princípios de sustentabilidade, para a implantação e evolução de soluções de governo digital, promovendo soluções estruturantes compartilhadas, uso de padrões comuns e a integração entre os entes federados.
OE-08 EFICIÊNCIA E COLABORAÇÃO	Otimizar e promover a eficiência dos processos das organizações públicas por meio da racionalização de procedimentos e compartilhamento de soluções para problemas comuns.
PLANO ESTRATÉGICO 2023-2028 DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	
Disponível em: < https://www.gov.br/prf/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-estrategico >.	
ID	Objetivos Estratégicos
OE-11	Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras
OE-12	Aprimorar a governança e a gestão por resultados
OE-14	Fortalecer a imagem e a transparência institucional
ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2026	
Disponível em: < https://www.gov.br/prf/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pdtic-prf >.	
AÇÃO DO PDTIC	META DO PDTIC ASSOCIADA
A - 43 Estabelecer pontos de monitoramento: identificar os pontos críticos na infraestrutura de TIC que precisam ser monitorados, como servidores, dispositivos de rede, sistemas de	Percentual de Execução do Cronograma do Projeto.

armazenamento, aplicativos e serviços	2025 - 70% 2026 - 100%
A-44 Implementar ferramentas de monitoramento: selecionar e implementar as ferramentas de monitoramento adequadas, que permitam coletar dados em tempo real e gerar alertas em caso de anomalias ou problemas	Percentual de Execução do Cronograma do Projeto. 2025 - 70% 2026 - 100%
A-46 Coletar e analisar dados: monitorar e registrar regularmente os dados relevantes dos pontos de monitoramento, coletando informações sobre desempenho, disponibilidade, utilização de recursos, segurança e outras métricas relevantes.	Percentual de Execução do Cronograma do Projeto. 2025 - 70% 2026 - 100%
A-91 Priorização das vulnerabilidades identificadas (anualmente)	Percentual de vulnerabilidades tratadas. 2025 - 50% 2026 - 100%

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência (Anexo I-A).

3.1.1. As especificações técnicas encontram-se pormenorizadas em documento anexo a este Termo de Referência (Anexo I-B).

3.2. A solução de TIC consiste em uma solução avançada de segurança da informação, composta por múltiplos módulos integrados para garantir a proteção completa do ambiente computacional da Polícia Rodoviária Federal, considerando todo o ciclo de vida da segurança desde a prevenção até a resposta a incidentes, detalhada da seguinte forma:

3.2.1. TrendMicro Vision one Essential (XDR nativo) - SKU VONA0040 - Solução de EPP e XDR (Endpoint Protection Platform, Detection and Response): plataforma de proteção avançada para estações de trabalho e servidores, com recursos de prevenção, detecção e resposta a ameaças, garantindo proteção contra malwares, exploits e outras ameaças cibernéticas; detecção e resposta a ameaças em endpoints, permitindo investigação avançada, análise retrospectiva e resposta rápida a incidentes;

3.2.2. TrendMicro DDI COM XDR - SKU DDRA0025 - Solução de APT (Advanced Persistent Threats): solução para proteção contra ameaças persistentes avançadas, com capacidade de detecção de ameaças desconhecidas, zero-day e malwares evasivos;

3.2.3. TrendMicro Vision One Pro (XDR nativo) - SKU VONA0044 - Solução para proteção de aplicações e servidores: solução específica para proteção de servidores físicos, virtuais e ambientes de container, garantindo a segurança das aplicações críticas da instituição;

3.2.4. Trend Vision One - Attack Surface Risk Management for Cloud - SKU VONN0170 - Solução para gerenciamento de riscos de superfície de ataque para a nuvem.

3.3. A solução contempla ainda os seguintes componentes complementares ao longo do ciclo de vida do objeto:

3.3.1. Implementação: instalação e configuração das soluções, integração com o ambiente existente;

3.3.2. Operação: funcionamento contínuo e integrado de todos os componentes;

3.3.3. Manutenção: atualizações de segurança, correções de vulnerabilidades e melhorias;

3.3.4. Suporte: assistência técnica durante todo o período contratual;

3.3.5. Disposição final: procedimentos para garantir a segurança dos dados ao final do contrato, incluindo a permanência do acesso a console de gerenciamento por pelo menos 90 dias após o término da vigência contratual.

3.4. O dimensionamento da solução foi baseado no parque tecnológico atual da PRF, que conta com:

3.4.1. Servidores Físicos — 120 Unidades (HP, DELL e IBM);

3.4.2. Servidores Virtuais — 610 Unidades;

3.4.3. Estações de Trabalho: 11.182 Unidades (Desktop e notebook);

3.4.4. Sistemas Operacionais diversos: Windows Server (2008, 2012, 2016, 2019), Oracle Linux e Linux RedHat;

3.4.5. Bancos de Dados variados: SQL Server, Postgres, Informix, MySQL, MongoDB e Oracle;

3.4.6. Ambiente do Usuário com Sistema Operacional: Windows 10, 11, MacOS e Linux;

3.4.7. Utilitários e Aplicativos: Plataforma Google Workspace, MS Office, Libre Office, Acrobat Reader e Antivírus TrendMicro;

3.4.8. Ambientes em Nuvem: AWS, Azure, GCP, Huawei, IBM, Oracle.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Conforme descrito no tópico nº 4 do Estudo Técnico Preliminar nº 70/2025.

Requisitos de Capacitação

4.2. Conforme tópico nº 6 do Estudo Técnico Preliminar nº 70/2025.

Requisitos Legais

4.3. Conforme tópico nº 6 do Estudo Técnico Preliminar nº 70/2025.

Requisitos de Manutenção

4.4. Conforme tópico nº 6 do Estudo Técnico Preliminar nº 70/2025.

Requisitos Temporais

4.5. Conforme tópico nº 6 do Estudo Técnico Preliminar nº 70/2025.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. Conforme tópico nº 6 do Estudo Técnico Preliminar nº 70/2025.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais e adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em consonância com o art. 5º da Lei nº 14.133 /2021:

4.7.1. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.7.2. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;

4.7.3. Respeite as Normas Brasileiras — NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.7.4. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401 de 04/11/2008 c/c Instrução Normativa IBAMA nº 2 de 19/09/2000;

4.7.5. Adote medidas para redução do consumo de energia e recursos naturais;

4.7.6. Utilize produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o impacto ambiental;

4.7.7. Observe os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO, quando aplicável.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir.

4.9. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.10. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.11. Em que pese a possibilidade da CONTRATANTE poder alterar a configuração do seu ambiente operacional, bem como dessas especificações sempre que for preciso, a configuração atual está disposta desta forma:

4.11.1. Data Center atual:

- Servidores Físicos — 120 Unidades (HP, DELL e IBM);
- Servidores Virtuais — 610 Unidades;
- Sistemas Operacionais: Windows Server 2008, Windows Server 2012, Windows Server 2016, Windows Server 2019, Oracle Linux e Linux RedHat;
- Rede LAN/WAN;
- Bancos de Dados: SQL Server, Postgres, Informix, MySQL, MongoDB e Oracle.

4.11.2. Ambiente do usuário:

- Estações de Trabalho: 11,182 Unidades (Desktop e notebook);
- Sistema Operacional: Windows 10, 11, MacOS e Linux;
- Utilitários e Aplicativos: Plataforma Google Workspace, MS Office, Libre Office, Acrobat Reader e Antivírus Trendmicro
- Ambientes em Nuvem: Azure, AWS (Amazon Web Services), Google Cloud Platform (GCP), Huawei Cloud, IBM Cloud e Oracle Cloud.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.12. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implantação descritos a seguir:

- 4.12.1. Os módulos da solução devem ser totalmente integrados entre si, permitindo gerenciamento centralizado e correlação de eventos de segurança;
- 4.12.2. A solução deve permitir a exportação de relatórios e logs em formatos padrão de mercado;
- 4.12.3. A solução deve ser compatível com os sistemas operacionais descritos no ambiente atual da PRF;
- 4.12.4. A implementação deve seguir as melhores práticas recomendadas pelo fabricante da solução.
- 4.12.5. A CONTRATADA deverá fornecer toda a documentação técnica da solução, incluindo manuais de uso, guias de implementação e melhores práticas.

Requisitos de Implantação

4.13. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

- 4.13.1. A execução do Contrato será baseada na definição clara do papel da CONTRATANTE como responsável pela Gestão do Contrato, incluindo controle e fiscalização, aceitação da solução/serviços com verificação de atendimento dos requisitos técnicos, pela atestação das Notas Fiscais/Faturas e os pagamentos frente aos serviços realizados e a CONTRATADA é a responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos e materiais necessários.
- 4.13.2. As licenças de software deverão ser fornecidas na modalidade SaaS, *Software as a Service*, com pagamento único pelo período de 12 (doze) meses de utilização.
- 4.13.3. As licenças deverão garantir o pleno funcionamento da solução durante todo o período de vigência contratual, incluindo atualizações, suporte e garantia do fabricante.
- 4.13.4. A implementação deverá ser realizada conforme cronograma detalhado aprovado pela CONTRATANTE.
- 4.13.5. A implantação não deverá causar indisponibilidade nos serviços críticos da PRF.
- 4.13.6. A CONTRATADA deverá prover toda a infraestrutura necessária para a instalação e configuração da solução.

Requisitos de Garantia, Manutenção e suporte

4.14. Os requisitos de garantia manutenção e suporte estão descritos no Anexo I-B - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.15. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.16. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser prestados.

4.17. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: via eletrônica ou de maneira eletrônica, 24 horas por dias, 7 dias por semana.

4.18. A execução do serviço deverá ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.19. A solução de antivírus a ser contratada deverá atender integralmente aos princípios e boas práticas de segurança da informação, bem como aos requisitos legais de privacidade e proteção de dados previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD). Assim, a solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos:

4.19.1. Segurança da Informação

a) A solução deverá prover proteção contra diversas categorias de ameaças digitais, incluindo, mas não se limitando a: vírus, worms, trojans, ransomware, spyware, adware, rootkits, ameaças persistentes avançadas (APTs) e ataques zero-day.

b) A solução deve empregar tecnologias avançadas de detecção e prevenção, como:

- Análise comportamental;
- Inteligência artificial (IA) e aprendizado de máquina;
- Sandboxing e análise em ambiente seguro de arquivos suspeitos.

c) Deve oferecer console de gerenciamento centralizado, acessível via interface web segura (protocolo HTTPS), com controle de políticas de segurança, aplicação remota de atualizações e relatórios detalhados de eventos.

d) A solução deve integrar-se com ferramentas de gerenciamento de eventos de segurança (SIEM), permitir a geração e exportação de logs, e registrar eventos relevantes para auditoria, com rastreabilidade.

e) Deve permitir aplicação de políticas específicas por grupos de usuários, dispositivos ou unidades organizacionais, com suporte à instalação remota e atualizações automáticas.

4.19.2. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

a) A solução deverá estar em conformidade com os princípios e fundamentos da LGPD, em especial no que se refere à necessidade, finalidade, adequação, segurança e prevenção.

b) O fabricante da solução deverá disponibilizar documentação clara sobre:

- Os tipos de dados coletados pela solução (inclusive dados pessoais, se houver);
- A finalidade da coleta;
- Os mecanismos de controle e consentimento, quando aplicável.

c) A solução deverá permitir a **desativação ou limitação da coleta de telemetria** ou dados analíticos, quando possível, garantindo o princípio da minimização da LGPD.

d) Os dados armazenados ou processados pela solução não poderão ser compartilhados com terceiros sem base legal adequada, e deverão ser protegidos contra acesso não autorizado, destruição, perda ou alteração.

4.19.3. Aspectos Legais e Contratuais

4.19.3.1 O fornecedor deverá apresentar sua **política de privacidade**, preferencialmente em português, contendo informações claras sobre coleta, uso, compartilhamento e retenção de dados.

4.19.3.2 O contrato deverá prever **níveis mínimos de serviço (SLA)**, incluindo prazos para resposta a incidentes, atualizações e suporte técnico.

4.19.3.3 A contratante poderá, a seu critério, exigir **auditorias ou avaliações de conformidade**, inclusive com relação ao cumprimento da LGPD e das normas de segurança da informação.

Vistoria

4.20. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.21. Deverá ser comprovado que o produto ofertado possui suporte oficial do fabricante no território nacional, assegurada a prestação do atendimento técnico durante a vigência contratual, admitindo-se que o suporte seja realizado diretamente pelo fabricante ou pelo próprio fornecedor contratado, desde que tecnicamente habilitado, não sendo exigido compromisso formal ou vínculo contratual prévio entre o fabricante e o licitante vencedor.

Sustentabilidade

4.22. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.22.1. Utilização de materiais reciclados, reutilizáveis e biodegradáveis, quando aplicável;

4.22.2. Minimização na geração de resíduos;

4.22.3. Racionalização do uso de matérias-primas e energia na fabricação dos produtos e serviços;

4.22.4. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;

4.22.5. Adoção de medidas de proteção à saúde e segurança do trabalho.

4.22.6. Quando os serviços forem executados nas dependências físicas da Contratante, somente poderão ser utilizados bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

Indicação de marcas ou modelos

4.23. Na presente contratação será admitida a indicação da solução da marca Trend Micro de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Subcontratação

4.24. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.25.1. Na hipótese de prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser readequada ou reapresentada, aplicando-se o mesmo percentual originalmente exigido sobre o valor correspondente à quantidade efetivamente ativada na data da assinatura do respectivo termo aditivo de prorrogação, mantida a proporcionalidade entre o valor garantido e o risco efetivo da execução contratual naquele momento.

4.26. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.26.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.26.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.26.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 4.26.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.26.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.27. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.30. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.30.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.31. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.31.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.31.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.31.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.32. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial .
- 4.33. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.34. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.35. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .
- 4.36. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.36.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.36.2.Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.37. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.37.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.37.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.38. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.39. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.40. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.41. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Margem de Preferência

4.42. Conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.43. Cada item que compõem o grupo deve estar discriminado e apresentado separado na proposta de preços, permitindo a identificação do seu preço de forma individual.

4.44. Para o adequado dimensionamento, formulação e apresentação da proposta, deve o licitante observar o formato a ser adotado no regime de execução do contrato, detalhado no item 10.2 e seus subitens.

4.45. Para a adequada formulação da proposta, deve o licitante atentar que a solução proposta precisa atender plenamente as exigências técnicas detalhadas no Anexo I-B do Termo de Referência - Especificações Técnicas, bem como observar os respectivos quantitativos retratados na tabela do item 1.1 deste TR.

4.46. Os valores unitários constantes na tabela do item 1.1 representam os valores máximos aceitáveis para os respectivos itens.

4.47. A memória de cálculo que dá suporte ao quantitativo apontado neste instrumento encontra-se no tópico 7 do ETP.

4.48. Juntamente com a proposta comercial apresentada, conforme motivações expostas no Estudo Técnico Preliminar, o licitante deverá entregar, devidamente preenchida, uma declaração de compromisso de parceria com o fabricante, conforme modelo publicado no Anexo I - K deste Termo de Referência.

4.48.1. Cabe esclarecer que tal vínculo deverá ser efetivamente comprovado apenas quando da assinatura do contrato.

4.49. A quantidade inicial a ser contratada encontra-se discriminada no tópico 1 deste Termo de Referência.

Programa de Integridade

4.50. Nos termos da Portaria MJSP nº 513/2020 (SEI nº 70820144), que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, dispõe-se que:

4.50.1. - das obrigações dos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e seus agentes públicos:

- a) não praticar atos para ingerência na administração da empresa contratada, especialmente quanto a direcionamento de escolha de possíveis trabalhadores;
- b) para contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, não praticar atos tendentes a gerar vínculo empregatício entre os empregados da empresa contratada e o Ministério, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, atentando-se às vedações explícitas no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5, de 26 de maio de 2017; e
- c) notificar a empresa contratada, por escrito, sobre desvios de conduta, irregularidades, fraudes ou atos ilícitos, praticados na execução do contrato.

4.50.2. - das obrigações da empresa contratada:

a) estabelecer normas gerais de integridade:

a.1) em até 6 (seis) meses para contratos de até 12 (doze) meses; e

a.2) em até 9 (nove) meses para contratos de mais de 12 (doze) meses;

b) orientar seus empregados alocados para a execução do contrato sobre as normas de integridade e a indispensabilidade de seu cumprimento;

c) adotar práticas de governança e gestão capazes de identificar e mitigar desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, de acordo com as normas de integridade previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015;

d) relatar ao órgão contratante, por escrito, qualquer descumprimento das normas de integridade praticado por agentes públicos com os quais mantenha contato em decorrência da execução do contrato;

e) substituir com presteza qualquer profissional que tenha cometido desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, conforme observado e notificado pelo agente público competente;

f) apresentar, no momento da celebração do contrato, Declaração de Inexistência de Vínculo Familiar, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, em que é assumido o compromisso de não utilizar, na execução do contrato, mão de obra que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

g) apresentar à equipe de fiscalização do contrato, juntamente com o rol de documentos obrigatórios do empregado alocado para a execução do contrato, **Termo de Ciência e Concordância**, devidamente assinado pelo empregado, conforme modelo constante no Anexo I - J do Termo de Referência; e

h) encaminhar à equipe de fiscalização do contrato, observados os prazos estabelecidos na alínea “a”, documentação que evidencie, em alinhamento com os parâmetros do Capítulo IV do Decreto nº 8.420, de 2015, a realização das seguintes ações e atividades:

h.1) promoção e participação em reuniões, apresentações, palestras e quaisquer outros eventos de natureza semelhante que evidenciam o comprometimento da alta direção da empresa em temas relacionados à integridade;

h.2) mapeamento dos riscos de integridade e estabelecimento de ações mitigadoras, revisadas periodicamente;

h.3) canal de denúncia, aberto e amplamente divulgado, com garantia do devido sigilo ao denunciante;

- h.4) código de ética ou de conduta aplicável a todos os dirigentes, administradores e empregados, independente de cargo, emprego, posto ou função exercidos;
- h.5) treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade, que envolvam as vedações incidentes na relação público-privada;
- h.6) promoção de campanhas para divulgar os princípios e valores que regem a empresa contratada e o serviço público, bem como outros temas sobre integridade e combate a desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos;
- h.7) adoção de medidas disciplinares, em caso de violação do Programa de Integridade, e de procedimentos e determinações que assegurem a pronta interrupção da tentativa ou da prática de desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos;
- h.8) monitoramento contínuo do Programa de Integridade, com objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de prevenção de atos lesivos, bem como sua detecção e combate; e
- h.9) encaminhamento semestral de relatório da execução do Programa de Integridade à equipe de fiscalização do contrato; e
- i) cumprir e exigir que os empregados alocados para a execução do contrato nas repartições administrativas cumpram, no que couber, as regras estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4.50.3. O programa de integridade deverá estar em conformidade com as diretrizes e requisitos estabelecidos na **Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025**, observando integralmente suas disposições e eventuais atualizações normativas.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 5.1.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

- 5.1.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, mediante nomeação do Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.11. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa executar os serviços de acordo com as determinações contidas neste Termo de Referência, no Edital e seus Anexos, inclusive o Contrato, e em sua Proposta de Preços;
- 5.1.12. Assegurar o livre acesso de pessoas autorizadas e credenciadas pela CONTRATADA, desde que estejam devidamente identificados, mediante o uso de crachá, impedindo que pessoas não credenciadas intervenham no andamento dos serviços;
- 5.1.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as condições do Contrato e os termos de sua Proposta de Preços;
- 5.1.14. Notificar a CONTRATADA, por escrito, das ocorrências relacionadas a eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 5.1.15. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados pela CONTRATADA, caso estejam fora das exigências previstas neste Termo de Referência, comunicando-lhes oficialmente;
- 5.1.16. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, pelos serviços prestados, nos prazos e condições estabelecidas, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contidas neste Termo de Referência;
- 5.1.17. Efetuar, quando couber, as retenções tributárias na fonte, devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura de serviços apresentada pela CONTRATADA, em conformidade com a legislação tributária vigente.

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;
- 5.2.10. executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), garantindo que as informações

pessoais, sensíveis ou não, sejam tratadas de acordo com as bases legais previstas na referida lei, implementando medidas técnicas e administrativas necessárias para proteção dos dados contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas;

5.2.11. não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

5.2.12. não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do Contrato em questão;

5.2.13. observar, no que couber, as “Ações de Responsabilidade da CONTRATADA”, constantes no “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”. Guia disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/ptbr/privacidade-e-seguranca/framework-guias-e-modelos>;

5.2.14. participar – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de início da vigência do Contrato – de reunião com a Fiscalização (Gestor e Fiscais) constituída pela CONTRATANTE, para estabelecimento das rotinas de execução dos serviços;

5.2.15. formalizar a designação do preposto, para representá-la, junto à CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, sempre que for necessário, respondendo pela empresa e todos os atos e fatos gerados ou provocados;

5.2.16. executar os serviços conforme especificações contidas neste Termo de Referência e em sua proposta de preços, com a alocação de empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto do Contrato, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, conforme descrito neste Termo de Referência;

5.2.17. implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente das atividades demandadas, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante;

5.2.18. dar conhecimento da documentação técnica de processos de execução dos serviços objeto do Contrato, aos seus profissionais, de acordo com a capacitação de cada um, e fazer com que as atividades sejam executadas conforme os procedimentos definidos;

5.2.19. executar os serviços objeto do Contrato dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

5.2.20. responder, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica, pertinentes à execução dos serviços que venham porventura a ser solicitados pela Fiscalização (Gestor ou Fiscais) da CONTRATANTE;

5.2.21. responder, por escrito, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a quaisquer esclarecimentos de ordem gerencial, pertinentes à execução do Contrato que sejam porventura solicitados pela CONTRATANTE;

5.2.22. manter os empregados, envolvidos na execução dos serviços objeto do Contrato, atualizados profissionalmente, promovendo os treinamentos e participações em eventos de caráter técnico que permitam a execução dos serviços em regime de excelência;

5.2.23. apresentar à CONTRATANTE, sempre que necessário ou exigido pela Fiscalização (Gestor ou Fiscais) do Contrato, a relação nominal dos empregados que adentrarão as instalações da CONTRATANTE para a execução dos serviços;

5.2.24. instruir seus empregados e colaboradores quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração da CONTRATANTE;

5.2.25. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar desvio de função;

- 5.2.26. relatar à Fiscalização (Gestor ou Fiscais) da Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços objeto do Contrato;
- 5.2.27. manter sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços, objeto desta contratação, bem como se submeter às orientações e normas internas de segurança da informação vigentes, devendo orientar seus empregados e/ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- 5.2.28. para formalização da confidencialidade exigida, a CONTRATADA deve assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Confidencialidade – TCMC, comprometendo-se a respeitar todas as obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança da informação, pertencentes à CONTRATANTE, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem na divulgação, perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenadas, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processadas;
- 5.2.29. o referido Termo deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, que deverá dar ciência a todos os profissionais e empregados envolvidos na execução dos serviços, por meio da assinatura do Termo de Ciência de Manutenção de Sigilo, devendo ser entregue em até 2 (dois) dias após o ato da assinatura do Contrato;
- 5.2.30. manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do Contrato, as informações relativas às políticas e processos internos da CONTRATANTE;
- 5.2.31. A CONTRATADA deverá assegurar o comparecimento presencial de profissional habilitado à sede da Contratante sempre que tecnicamente necessário, para suporte ou procedimentos que não possam ser realizados remotamente.
- 5.2.31.1. Para situações normais, o prazo de comparecimento será de até 3 (três) dias úteis; para situações urgentes (incidentes críticos), o prazo será de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.2.32. responder pelos riscos contratuais alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos, constante do processo de contratação, conforme previsto no art. 103 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.2.33. comunicar ao gestor do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a execução dos serviços;
- 5.2.34. implementar o programa de integridade, conforme exigências do art. 25, § 4º da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Sob demanda (por Ordem de Serviço):

- Item 1: módulo de proteção de endpoint (EPP e XDR) com detecção e respostas a ameaças (TrendMicro Vision one Essential (XDR nativo) - SKU VONA0040);
- Item 2: Créditos Vision One (Sandbox);
- Item 3: módulo contra APT - proteção contra ameaças persistentes avançadas (TrendMicro DDI COM XDR - SKU DDRA0025);
- Item 4: módulo para proteção de aplicações, servidores físicos, virtuais, container (TrendMicro Vision One Pro (XDR nativo) - SKU VONA0044);
- Item 5: módulo de gerenciamento de riscos de superfície de ataque para a nuvem (Trend Vision One - Attack Surface Risk Management for Cloud - SKU VONN0170);

- Item 7 - Serviço de Instalação do DDI

6.1.2. Assistência técnica durante todo o período contratual:

- Item 6 - Serviço de Suporte

6.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

ETAPA	DETALHAMENTO	
Ativação de Licenças	5 dias úteis da data de emissão da Ordem de Serviço (OS). OBS: por demanda	
Implantação da solução	O prazo para implementação e configuração inicial da solução será de até 30 (dias) dias após a emissão da Ordem de Serviço.	
	Instalação da console de gerenciamento centralizado até 30 (dias) dias após a emissão da Ordem de Serviço.	
	Configuração inicial das políticas de segurança até 30 (dias) dias após a emissão da Ordem de Serviço.	
	Distribuição e instalação dos agentes nas estações e servidores até 30 (dias) dias após a emissão da Ordem de Serviço.	
	Validação do funcionamento adequado da solução em todo o parque tecnológico até 30 (dias) dias após a emissão da Ordem de Serviço.	
Gerenciamento contínuo	Atualizações automáticas e constantes das definições de vírus, ameaças e patches de segurança, a partir da ativação das licenças.	
	Monitoramento proativo de eventos de segurança por meio da console, a partir da ativação das licenças.	
	Aplicação e ajuste contínuo de políticas de proteção com base em novas ameaças, a partir da ativação das licenças.	
Suporte técnico	Atendimento técnico especializado (nível 2 ou 3) para resolução de incidentes ou dúvidas operacionais, a partir da ativação das licenças.	
	Resposta rápida a incidentes críticos (com tempo de resposta estabelecido em contrato), a partir da ativação das licenças.	
	Atualização de assinaturas/definições de ameaças:	Automática e diária

Frequência e Periodicidade	Monitoramento da console de gerenciamento	Diário, com verificação de alertas, falhas ou agentes desatualizados.
	Relatórios gerenciais	Mensalmente, até o 5º dia útil do mês seguinte.
	Revisão de políticas de segurança	Semestral ou sempre que houver nova ameaça crítica emergente

Local da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Sede Nacional da PRF, situado no Setor Policial Sul, Quadra 3, Lote 5, Brasília/DF, CEP 70.610-909, ou remotamente, a critério da Contratante.

6.2.1. A implantação da solução de DDI (APT) nas unidades de MG, PR, RJ e UNIPRF poderá exigir atuação presencial da CONTRATADA para instalação física ou configuração local de *virtual appliances*, devendo tal custo estar previsto na proposta.

6.3. Os serviços serão disponibilizados no seguinte horário: diariamente e de forma ininterrupta.

6.3.1. Os serviços de manutenção e suporte deverão observar o regime de disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), garantindo canais de abertura de chamados e resposta imediata para incidentes críticos, conforme níveis de serviço estabelecidos.

Rotinas a serem cumpridas

6.4. Conforme detalhado no item 6.1 do Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização de contrato

6.5. Quando da finalização do contrato, a gestão contratual notificará à Contratada, com antecedência mínima de 30 dias, de maneira que esteja ciente da finalização das prestação dos serviços, sendo assim lavrada, a documentação necessária, para pactuar o fim do contrato.

6.5.1. A CONTRATADA deverá promover o repasse de todo o conhecimento técnico adquirido ou produzido na execução dos serviços para os técnicos da CONTRATANTE, podendo inclusive ser exigida a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE para operação e manutenção da solução.

6.5.2. Ao final do contrato, caso não seja renovado, a CONTRATADA deverá promover a transferência final de conhecimento sobre os serviços prestados, de modo a garantir a continuidade dos serviços pela Administração ou pela nova pessoa jurídica que assumir a prestação dos serviços.

6.5.3. A transição contratual, entendida como o processo de transferência dos conhecimentos e competências necessárias para prover a continuidade dos serviços, terá início 120 (cento e vinte) dias antes do término do contrato.

6.5.4. A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Transição que contemplará, no mínimo, as seguintes atividades:

- Identificação dos recursos críticos e conhecimentos detidos pela CONTRATADA;
- Estratégia de transição dos serviços e transferência de conhecimentos;
- Cronograma detalhado do processo de transição;
- Plano de contingência para situações de riscos que possam ocorrer durante a transição;
- Relação de documentação técnica e administrativa a ser transferida à CONTRATANTE ou à nova empresa prestadora de serviços.

6.5.5. Em até 30 (trinta) dias antes do término do contrato, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE toda e qualquer documentação produzida durante a prestação dos serviços, incluindo códigos-fonte, manuais, relatórios, procedimentos operacionais, base de dados e conhecimentos.

6.5.6. Após o encerramento do contrato, a CONTRATADA deverá manter sigilo sobre toda e qualquer informação a que teve acesso durante a prestação dos serviços, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo celebrado entre as partes

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.6. O contrato será firmado com base no quantitativo total estimado, cuja execução ocorrerá de forma progressiva, mediante ativação das licenças e serviços associados por meio de Ordens de Serviço (OS), observada a necessidade da CONTRATANTE.

6.6.1. A emissão de Ordens de Serviço não caracteriza início e interrupção livre da execução, mas tão somente o momento de ativação das licenças, cuja vigência será contínua pelo período de 12 (doze) meses, contado da respectiva ativação.

6.6.2. As ativações de novas licenças ocorrerão, preferencialmente, no início de cada período de prorrogação, de forma que o prazo de 12 meses de validade permaneça alinhado ao período contratual correspondente.

6.6.3. Para os itens relativos à solução de antivírus e demais componentes de segurança da informação, a execução consistirá na ativação das licenças, cada uma com vigência individual de 12 (doze) meses, não sendo admitida a suspensão, paralisação ou fracionamento do período de validade após a ativação.

6.6.4. A CONTRATANTE não se compromete com a ativação imediata da totalidade do quantitativo estimado, sendo garantida apenas a ativação inicial do quantitativo citado no 1.8.3 e seus subitens, ficando as ativações subsequentes condicionadas à necessidade administrativa e à disponibilidade orçamentária.

6.6.5. Nos casos de substituição de equipamentos (desktops, notebooks ou outros ativos), será solicitada a migração da licença para outro equipamento, desde que tecnicamente viável e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, mantendo-se o prazo remanescente da vigência originalmente contratada. Caso a migração não seja tecnicamente possível, a necessidade de nova ativação deverá ser previamente justificada pela CONTRATADA.

6.6.6. O serviço de suporte técnico será prestado sob demanda, mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, observados os níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, não se vinculando a quantitativos mínimos, créditos ou unidades de serviço previamente contratadas.

6.6.7. A instalação da solução ocorrerá de forma única e imediata no momento da solicitação da administração.

6.6.8. Nas hipóteses de prorrogação contratual, a instalação da solução passa a estar novamente disponível em relação às quantidades contratadas no período prorrogado, podendo ser utilizada a qualquer tempo durante as vigências subsequentes, observadas as condições contratuais.

6.6.9. A CONTRATANTE deverá disponibilizar, quando necessário, infraestrutura (uma sala com estrutura tecnológica para a equipe contratada), contudo cabe à CONTRATADA definir as tarefas dos seus recursos técnicos em número suficiente para atender as expectativas do órgão, cumprindo todas as normas técnicas, regras de segurança e boa conduta exigida pela organização, que será repassada à CONTRATADA no início da execução.

Mecanismos formais de comunicação

6.7. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.7.1. Ordem de Serviço;

6.7.2. Ata de Reunião;

6.7.3. Ofício;

6.7.4. Sistema de abertura de chamados;

6.7.5. E-mails;

6.8. As atividades serão solicitadas e registradas por meio do Sistema de Gestão de Demandas de Serviços a ser provido pela CONTRATANTE, no qual a execução das atividades será acompanhada através de Ordem de Serviço /OS e avaliada aplicando-se os Acordos de Níveis de Serviços/ANS.

6.9. O canal de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do PREPOSTO.

6.10. A formulação e comunicação de Ordem de Serviços será feita por sistema de ITSM a ser definido pela CONTRATANTE.

6.11. O encaminhamento de demandas/chamados relacionados ao suporte técnico das soluções deverá ser feito por meio dos canais disponibilizados pela CONTRATADA conforme especificações técnicas.

6.12. Para prover maior fluidez na comunicação entre as equipes técnicas, os profissionais da CONTRATADA também deverão estar disponíveis a responder questionamentos e fornecer informações e opiniões técnicas por meio de mensagem eletrônica (e-mail), sistema de mensagem instantânea e telefone. Neste caso, sempre que possível, o preposto deverá estar copiado para acompanhamento das solicitações/demandas.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I-D e I-E.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto,

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3 esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1 A emissão das Ordens de Serviço necessárias para a execução do contrato.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.21. Deverá, ao menos trimestralmente, realizar consulta à Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social e à Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendiz, disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>.

7.21.1. Constatada eventual irregularidade ou ausência de regularidade na emissão das referidas certidões, a Contratada deverá ser formalmente notificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias à sua regularização, de modo a possibilitar a juntada da certidão válida e atualizada aos autos do processo contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

Gestor do contrato

7.22. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:

7.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o previsto no Anexo I - I - Níveis Mínimos de Serviço (NMS), ao longo da execução do item nº 06.

8.1.1. Em relação aos demais itens, como os pagamentos são feitos integralmente quando do recebimento do objeto, não haverá aplicação dos NMS, cabendo em caso, de irregularidades a aplicação dos Artigos nº 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de licitações e as disposições da tabela 9.1.1. do presente Termo de referência.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1 não produziu os resultados acordados,

8.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Cumprimento integral das atividades/serviços previstos no contrato.

8.4.2. Qualidade dos serviços/produtos entregues, conforme especificações técnicas.

8.4.3. Atendimento aos prazos estabelecidos.

8.4.4. Apresentação da documentação fiscal e técnica exigida.

8.4.5. Avaliação da conformidade pela fiscalização do contrato.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 4 (quatro) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 12 meses para os itens 1, 2,3,4,5, mensal para o item 6, e pontual quando executado o item 7.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Verificação da instalação e ativação da solução de antivírus em todos os equipamentos definidos no contrato.

8.22.2. Testes de detecção de ameaças (malware, spyware, ransomware, etc.) com base nos recursos ofertados.

8.22.3. Avaliação das funcionalidades contratadas, como atualizações automáticas, varreduras programadas e relatórios de eventos.

8.22.4. Comprovação do gerenciamento centralizado, se previsto, e da integração com os sistemas da contratante.

8.22.5. Análise da documentação técnica e dos manuais fornecidos.

8.22.6. Registro de desempenho durante o período de observação.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas

8.28.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos a Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da Taxa SELIC de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. A presente contratação permite a antecipação de pagamento para os itens 1 a 5, conforme as regras previstas no presente tópico.

8.40. Após a ativação das licenças, a CONTRATADA deverá comunicar FORMALMENTE a CONTRATANTE.

8.40.1. Os recebimentos provisório e definitivo obedecerão as regras já descritas neste Termo.

8.40.2. O recebimento definitivo do objeto será formalizado exclusivamente para fins de liquidação e pagamento antecipado da despesa, não implicando, por si só, a plena e irrestrita aceitação do objeto quanto à sua execução, desempenho, conformidade técnica ou adequação às condições contratuais.

8.40.3. Durante todo o período de vigência da licença, permanecerão integralmente válidas e exigíveis todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades da contratada que antecederiam o recebimento definitivo, como se este ainda não tivesse ocorrido, inclusive no que se refere à correção de falhas, substituição, atualização, suporte, níveis de serviço e demais encargos previstos no contrato.

8.40.4. Nessa perspectiva, o recebimento ora formalizado deverá ser considerado precário e de natureza provisória, produzindo efeitos apenas para fins financeiros, não afastando o dever da contratada de assegurar a plena execução do objeto ao longo da vigência contratual.

8.40.5. O recebimento será considerado definitivamente consolidado ao término do prazo de vigência da licença, desde que não haja pendências, descumprimentos contratuais ou registros de não conformidade, sendo dispensável a lavratura de novo termo, tendo em vista que a despesa já se encontrará integralmente quitada.

8.41. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

8.41.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

8.41.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada da SELIC, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

8.42. A liquidação e o pagamento ocorrerão de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

8.43. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Reajuste

8.44. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/03/2026.

8.45. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 8.46. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.47. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.48. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.49. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.51. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

- 8.52. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.52.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.52.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.52.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.52.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.53. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 9.1. A empresa Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações ocorridas durante a execução do contrato, nos termos dos Artigos nº 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de licitações.
- 9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4 Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 3% (três por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição a multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL TOTAL.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por:

10.2.1. Itens nº 01, 02, 03, 04, 05 e 07 - Empreitada por preço unitário, visto que há possibilidade dos quantitativos necessários variarem, uma vez que a execução se dará por demanda, sendo o pagamento realizado, com base no que for realmente efetivado.

10.2.1.1. Desse modo, para os itens: 01, 02, 03, 04 e 05 os pagamentos serão feitos em uma única vez, ao ano, quando da implementação e ativação definitiva da ferramenta, possuindo cobertura da disponibilidade dos serviços pelo prazo de 12 meses.

10.2.1.2. No caso do item nº 07, o pagamento é realizado de forma pontual, ao fim do serviço de instalação, caso seja demandado.

10.2.2. Item nº 06 - Empreitada por preço global, visto que a solução é fechada, em um valor fixo mensal para suporte de todo o ambiente, ficando o contratado responsável por toda e qualquer variação dentro do escopo acordado.

10.2.2.1. Nesse caso, o pagamento é feito, continuamente, de maneira mensal.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

10.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação;

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, conforme justificativas presentes no tópico 17 do Estudo Técnico Preliminar, anexo aos autos.

10.32.1. Para fins da comprovação de capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução contínua de solução integrada de segurança cibernética pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

10.32.1.1. A comprovação qualitativa refere-se à demonstração de que a licitante possui experiência efetiva na operação continuada de solução integrada de segurança cibernética, em ambiente real de produção, por período mínimo suficiente para evidenciar estabilidade operacional, capacidade de suporte técnico e gestão da solução ao longo do tempo.

10.32.2. Os atestados deverão demonstrar o fornecimento de solução similar à pretendida nesta contratação, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, sendo admitida a apresentação de um único atestado ou o somatório de atestados, desde que cada um deles comprove a execução ininterrupta por no mínimo 12 (doze) meses.

10.32.2.1. Nessa hipótese, cada atestado deverá comprovar a execução contínua por período mínimo de 12 (doze) meses, não sendo admitida a soma de períodos inferiores para atingir o prazo mínimo exigido.

10.32.2.2. A admissão de múltiplos atestados, nesse caso, tem por finalidade permitir a comprovação da experiência técnica em diferentes componentes da solução, quando tais funcionalidades tenham sido prestadas em ambientes contratuais distintos.

10.32.3. Considera-se solução de segurança cibernética similar aquela destinada à proteção de ambientes computacionais que contemple, de forma integrada, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- a) Proteção de Endpoints e Servidores: Detecção e bloqueio de malwares, ransomware e técnicas de exploração de vulnerabilidades (exploits) conhecidas e desconhecidas (zero-day).
- b) Detecção e Resposta Avançada (EDR/XDR): Capacidade de monitoramento contínuo, análise comportamental e correlação de eventos para investigação de incidentes.
- c) Análise de Tráfego de Rede ou APT: Identificação de ameaças persistentes avançadas por meio de inspeção de tráfego ou integração com ambiente isolado de análise (sandbox).
- d) Gerenciamento Centralizado: Administração unificada da solução por meio de console única, permitindo gestão de políticas e visibilidade de eventos.

10.32.4. O atestado deverá comprovar o fornecimento do licenciamento acompanhado de suporte técnico e atualizações, sem exigência de identidade de marca, fabricante ou nomenclaturas proprietárias da presente contratação.

10.32.5. A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional restringe-se exclusivamente às parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto, ou seja, dos itens 01 a 05, não sendo exigida a comprovação de implementação integral de todos os itens secundários do escopo.

10.32.6. Para fins de equivalência técnica, não serão aceitas denominações proprietárias ou comerciais constantes de atestados que não permitam a aferição objetiva da similaridade funcional, cabendo à licitante demonstrar que a solução fornecida atende aos requisitos do item 10.32.3.

10.32.7. A comprovação deverá abranger quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela de referência, observando-se o princípio da proporcionalidade em relação à ativação inicial da PRF:

- a) Item de Referência: Licenciamento de Proteção de Endpoint (Item 1 do TR).
- b) Quantitativo Total para Referência: 24.682 licenças.
- c) Quantitativo Mínimo Exigido em Atestado: 5.591 licenças (equivalente a 50% das 11.182 licenças previstas para ativação imediata pela PRF).

10.32.8. O quantitativo mínimo exigido guarda estrita proporcionalidade com o risco efetivo da execução inicial, conforme fundamentado na Memória de Cálculo e no Estudo Técnico Preliminar anexos aos autos.

10.32.9. Será admitido o somatório de atestados cujas execuções tenham ocorrido em períodos concomitantes ou não.

- 10.32.9.1. Isso demonstra que a licitante possui histórico consistente na prestação desse tipo de serviço, ainda que os contratos tenham sido executados em momentos diferentes.

10.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.41. Fica vedada a participação de cooperativas no presente certame, considerando a natureza do objeto licitado, que envolve a prestação de serviços técnicos especializados, relativos à implantação, configuração, suporte e manutenção de solução de segurança da informação (antivírus corporativo), os quais demandam:

I – atuação com elevado grau de especialização técnica e profissional;

II – responsabilidade direta e individualizada pela execução dos serviços e pelos resultados entregues;

III – ausência de possibilidade de gestão compartilhada da execução entre os cooperados;

IV – necessidade de garantir controle, responsabilização e rastreabilidade técnica da execução contratual, o que não se coaduna com a estrutura jurídica e operacional das sociedades cooperativas, em especial as de trabalho.

10.42. A contratação de cooperativas em tais condições poderia ensejar risco de desvirtuamento da relação contratual, configurando intermediação de mão de obra com subordinação direta, o que afronta os princípios da legalidade, eficiência e segurança jurídica.

10.43. Dessa forma, a vedação se justifica pela incompatibilidade entre a natureza cooperativa e as exigências técnicas, operacionais e de responsabilidade da contratação, visando preservar o interesse público e mitigar riscos contratuais e trabalhistas para a Administração Pública.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da licitação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 13.747.791,26 (treze milhões setecentos e quarenta e sete mil setecentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de referência.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 200109/00001;

II) Fonte de recursos: 1020;

- III) Programa de trabalho: 06.181.5116.2723.0001;
- IV) Elemento de despesa: 33904006, 33904010 e 33904021; e
- V) Plano interno: RF99OS9DTIC - CONTRATOS DE TIC.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas.

Cronograma Físico Financeiro

EVENTO	PRAZO ESTIMADO	VALOR
Evento 1: Entrega, implantação e suporte das soluções de segurança (itens 1 à 5).	Até 30 (trinta) dias , contados a partir da emissão da Ordem de Serviço , após a qual será realizada a execução do objeto e, uma vez atendidas as condições contratuais, poderá ser emitida a correspondente Nota Fiscal.	Custo anual faturado no início do contrato (valor para 12 (doze) meses das soluções.
Evento 2: Prestação do serviço de suporte. (item 6)	Até 5 (cinco) dias após a confirmação da ativação da licença.	Custo mensal, faturado mensalmente, ao longo da execução do contrato.
Evento 3: Prestação de serviço de instalação do DDI.	Até 30 (trinta) dias , contados a partir da emissão da Ordem de Serviço , após a qual será realizada a execução do objeto e, uma vez atendidas as condições contratuais, poderá ser emitida a correspondente Nota Fiscal.	Custo faturado conforme demanda da PRF, com base no valor unitário do serviço.

13.2. A elaboração do presente Termo de Referência, bem como os demais artefatos relacionados, observou os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA CCP/CGAN/DIAD/PRF Nº 8, DE 29 DE janeiro DE 2026 (SEI nº 71190999).

FABIO COVA MARTINS
Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 15:29:33.

Despacho: PORTARIA CCP/CGAN/DIAD/PRF Nº 8, DE 29 DE janeiro DE 2026 (SEI nº 71190999).

ANDRE LUIZ DE SOUZA ARRUDA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 15:44:09.

Despacho: PORTARIA CCP/CGAN/DIAD/PRF Nº 8, DE 29 DE janeiro DE 2026 (SEI nº 71190999).

GIOVANI AUGUSTO TAGLIAPIETRA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 13:46:11.

Despacho: Autoridade Máxima de TIC

JOEDSON CAMILO DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 14:02:49.

ISABEL IZAGUIRRE ZAMBROTTI DORIA

Equipe de apoio

Despacho: Autoridade Máxima de TIC substituto

ANDRE JORGE RAPOSO

Autoridade Máxima de TIC substituto